

Almanaque do **Futuro**

EXPERIÊNCIAS MOTIVADORAS PARA UM MUNDO MELHOR

Experiencia motivadora No. 25



**Desenvolvimento se escreve
com P de Paz e Participação**

Desenvolvimento se escreve com P de Paz e Participação

A experiência dos processos locais de cidadania nas regiões do departamento de Antioquia, na Colômbia, aponta caminhos diferentes, respondendo a diferentes contextos, caracterizados pela crise humanitária devido ao conflito armado, manipulação e exclusão social e política. As vítimas redescobrem a capacidade de exercer sua cidadania e os habitantes dos territórios conseguem se envolver em um papel de liderança no desenvolvimento local, pensado entre todos e para o benefício de todos.

Queria me esconder

Com estas palavras Beatriz Tilano descreve o que sentiu e pensou quando perdeu o marido, assassinado pelos paramilitares no município de Santa Fé, no oeste de Antioquia. Ela teve que sair de casa e procurar emprego; seu filho de dez anos ficou com seus irmãos menores, de sete e quatro anos de idade. María Eugenia Ruíz nasceu na aldeia de El Tapón, no município de Yolombó. Junto com seus pais e seus cinco irmãos, foram despejados duas vezes. Em 1994, os guerrilheiros obrigaram a família a abandonar sua pequena fazenda porque seus irmãos adolescentes corriam o risco de serem recrutados pelos guerrilheiros. Depois,

María Eugenia passou um tempo na casa de seu tio. Após dois anos, a família retornou. Em 1998, grupos paramilitares assassinaram um de seus irmãos e forçaram a família a sair imediatamente. María Eugenia lembra: “Eles nos forçaram a entrar em um caminhão e meu pai nos disse para abrir os portões para que as galinhas e os porcos pudessem correr por suas vidas”. 8 adolescentes, todos acusados de simpatizar com os guerrilheiros, perderam suas vidas. A família viveu por vários anos na cidade de Medellín. María Eugenia é casada e atualmente mora com o marido e seus filhos, administrando uma fazenda perto do município de San Jerónimo. Seus pais, junto com um irmão, voltaram para sua casa antiga há cin-



co anos, e Eugenia não queria visitá-los durante anos, mas, por insistência de seus filhos, há três anos ela visitou a casa de seus pais. María Eugenia lembra: “Tem sido muito difícil desde que vivi novamente o momento da tragédia”.

Das 25 famílias que antes viviam no local, apenas 8 retornaram. “O mais difícil é que alguns vizinhos faziam parte dos paramilitares e eu reconheci suas vozes.” Eugenia nunca contou a seus filhos o que aconteceu, e coube à avó contar “a história” naquela primeira visita. A piscina comunitária onde os adolescentes foram assassinados agora se tornou um santuário.

Me assustei, mas aceitei

Beatriz e María Eugenia receberam apoio psicossocial em seu processo de compreensão e superação da dor emocional e do luto, transformando sentimentos de medo, vingança e raiva e abrindo caminho para o perdão, a reconciliação e um senso de dignidade pessoal.

“Eu pensei que estava no lugar errado quando assisti pela primeira vez a uma reunião da Conciudadanía.” María Eugenia, graças à escolhinha de seu filho mais novo, descobriu sobre os espaços conhecidos como “passos e abraços”. Beatriz soube através de um amigo do apoio oferecido pela instituição. “Dei muitas desculpas,



mas finalmente me convenci e participei.” Elas participaram, cada uma em sua localidade, das reuniões mensais (passos), iniciando com seu processo de cura emocional e se formando como animadoras de grupos de apoio. Tanto Maria Eugenia como Beatriz também assistiram às sessões práticas de solidariedade (abraços), sentindo, pensando e reconstruindo o que aconteceu, formando-se na capacidade de escuta ativa e perdão. O testemunho de Maria Eugenia é contundente: “Consegui me curar e superar o meu medo de me relacionar, por exemplo, com o Conselho de Ação Comunitária. Me tornei promotora da vida e da saúde mental, e minha vida pessoal e familiar mudou desde então. Antes eu gritava com meus filhos, era uma história mãe castigadora; hoje, quando acontece algo, conto até dez, busco ter mais diálogo e Jon Alejandro, meu marido, agora cuida de nossos filhos quando eu dedico meu tempo à Rede de Paz e Reconciliação”. Beatriz participou de uma reunião entre vítimas e ex-paramilitares. “Acabei sentando ao lado do



irmão do assassino de meu marido, ele me disse que seu irmão havia morrido e eu respondi que queria que ele estivesse vivo porque queria perguntar-lhe muitas coisas”. A filha de Beatriz se sente feliz porque vê que a mãe mudou muito. Beatriz agora prefere o diálogo em vez de tapas em seu ambiente familiar.

Por que estamos aqui?

As sessões de passos e abraços geram laços afetivos no nível do grupo. “Sentimo-nos como uma família conversando sobre nossas vidas, nos curamos do papel de vítimas e nos transformamos em pessoas, falamos em público, temos

uma perspectiva diferente, e percebemos que não somos a única pessoa na situação de vítima. Claro, no princípio, ninguém quer falar nas sessões, mas as práticas lúdicas ajudam a nos sentirmos rapidamente como uma família”. O Estado reconhece como vítimas apenas as pessoas da família imediata: cônjuge, filhos, pais. Os grupos de apoio de pares se transformaram em Redes de Paz e Reconciliação em muitos municípios, como Santa Fé e San Jerónimo. Graças a estas redes, houve uma maior aceitação da questão do reconhecimento das vítimas ao longo do tempo. María Eugenia e Beatriz formaram e acompanham grupos de vítimas como promotoras de vida e saúde mental. “É difícil chegar às comunidades. As pessoas, afinal, estão muito relutantes em fazer parte da sociedade novamente”, compartilha María Eugenia. “Nós ensinamos que é sobre lembrar com menos dor - não esquecer. É importante que as pessoas se sintam bem em falar sobre o que têm dentro de si.” Os abraços, momentos simbólicos fazem sentir a solidariedade, ajudando a superar a razão pela qual estão lá. Beatriz acompanha vários grupos em Santa Fé. “Também convencemos os homens de que não é perda de tempo pensar em viver em paz na família e com o meio ambiente; os homens acham mais difícil falar sobre si próprios”.



Antes diziam: «Não há vítimas aqui!»

9 de abril é, pela lei colombiana, o dia do reconhecimento das vítimas e da memória. Mas não faz muito tempo desde que as autoridades foram ouvidas dizendo: “Não há vítimas aqui”. Hoje, o prefeito de Santa Fé apoia com o transporte para os eventos de passos e abraços nas calçadas. A Rede de Paz e Reconciliação da cidade conseguiu estabelecer um Parque da Memória. As vítimas, autoridades e ex-milicianos, construíram um muro ao lado do cemitério com os nomes das mais de trezentas pessoas mortas pelo conflito armado. As atividades mensais da rede terminam com uma marcha para o parque. “Nós não nos reconhecemos mais como vítimas, mas como lideranças, ansiosas para continuar trabalhando”, resume Beatriz. Em San Jerónimo, a Rede de Paz e Reconciliação permitiu a participação não só das vítimas, mas também de profissionais, jovens e funcionários da Prefeitura. “É importante sair do trauma, voltar a ficar juntos, olhar para os outros, dar ferramentas para que as pessoas conheçam seus direitos e se sintam valiosas para a sociedade”, diz María Eugenia. “A cura é ampla: agora incorporamos o meio ambiente e a questão do lixo em nosso trabalho”. A rede de San Jerónimo assumiu uma identidade própria e está trabalhando para encontrar recursos para a continuidade do processo.

O apoio psicossocial às vítimas realizados pelas próprias vítimas, apoiado pelos cidadãos que conseguiram superar o trauma, abre as portas para direcionar sua atenção para o bem comum do grupo.

Faltam líderes

Estamos sentados na sala do plenário do Conselho Municipal de Caramanta, um município cafeeiro a 130 quilômetros a sudoeste de Medellín. Ever Abello, eleito conselheiro pela quarta vez e atualmente presidente do Conselho Municipal, começa a lembrar o início da Assembleia Constituinte Municipal de Caramanta. “Quando o prefeito Herman Ocampo assumiu em 2001, seu governo era feito dando as costas para as pessoas. Mas com o apoio da Conciudancia, a prefeitura organizou uma escola de lideranças. Durante um ano e meio, 40 pessoas, delegados das organizações rurais e sociais, foram formadas em direito democrático e participação cidadã”. Lirian Aguirre Gómez, presidente da Associação dos Conselhos de Ação Comunitária de Caramanta, faz parte, assim como Ever, do Conselho Cidadão, órgão técnico da Assembleia Constituinte. “A ideia continua sendo que o orçamento municipal seja construído nas comunidades e não apenas no gabinete do prefeito.” A Assembleia Constituinte é um espaço participativo autôno-

mo que aproxima a sociedade e a prefeitura. “As pessoas não conheciam o funcionamento do gabinete do prefeito e do município”, explica Ever. Ele e Lirian vivem no bairro de Alegrías, uma das três seções rurais do município. A população do município é de aproximadamente 5.300 pessoas, metade das quais vive em áreas rurais. “Quando a Assembleia começou a funcionar, 80% de seus participantes eram representantes da área rural e essa relação é mantida até hoje”, explicam os dois.

Se constrói com e para as pessoas e não no gabinete

Não faltaram prefeitos que quisessem ignorar ou fechar o espaço da Assembleia; mas seus membros afirmaram seu direito de participar como cidadãos. “Tem sido uma constante da assembleia optar pelo acordo e pelo diálogo, sem recorrer a medidas extremas. Em 2009,



eles queriam fechar a assembleia, mas não puderam. A persistência ganhou “, lembra Ever.

Durante os 14 anos desde a criação da Assembleia Constituinte em Caramanta, os dois resultados mais palpáveis e constantes de participação ativa nos assuntos de governança do desenvolvimento local são, por um lado, o orçamento participativo anual elaborado a partir das demandas e propostas da comunidade, e por outro a prestação de contas do prefeito perante a sociedade civil municipal. “Temos o interesse de que esses procedimentos sejam regulamentados”, diz Ever, que nas últimas eleições para vereador foi eleito com o maior número de votos. “Há sempre pessoas, particularmente aqueles que administram o município por muitos anos, que colocam pedras no caminho. Por essa razão, é necessário regulamentar o orçamento participativo e a prestação de contas nos regulamentos. A assembleia é a ponte entre a comunidade e a administração, que permitiu construir o desenvolvimento com e para as pessoas e não no gabinete”.

Não há mancha territorial sem concessão

Não há mancha territorial sem concessão. Da superfície do município (56 km²) quase cem por cento é concessionada à mineração, extraindo ouro, prata e platina. A Assembleia Constituinte Caramanta, em parceria com outras iniciativas e atuando de rede venceu uma primeira batalha em nível nacional contra o extrativismo: os municípios recuperaram o direito de definir o objetivo das concessões, desde a elaboração de seu EOT (Esquema de Ordenamento Territorial). Lirian explica.

“Com o EOT abrimos a porta para solicitar à entidade estadual competente – que no caso de Caramanta é a Corporação Autônoma de Antioquia (CORANTIOQUIA) – a anulação de concessões de mineração. Há um corte indiscriminado de árvores, poluição e uso irresponsável de água”. E complementa: “As políticas públicas, definidas a partir da comunidade, servem de escudo contra os megaprojetos. O interesse de defender o território se multiplicou

na população, e os jovens estão sendo incorporados ao processo de Assembleia “.

A agenda cidadã em tempos de eleições

As campanhas pré-eleitorais geram o perigo de que as pessoas voltem a acreditar nas promessas da politicagem, e Caramanta não é exceção. O órgão do Conselho Cidadão, braço técnico da Assembleia, organiza oficinas comunitárias com a ajuda da Conciudadania, ajudando o eleitorado a ter critérios para escolher.

Para as eleições, a Assembleia define uma agenda cidadã e os candidatos são consultados publicamente sobre essa agenda. “Há momentos de frustração”, lembra Lirian “já que não faltam atitudes anti-participativas de políticos, o que nos fez ter que realizar ações de protesto, mas geralmente os prefeitos aceitam implementar a agenda cidadã”. Não faltam ameaças e até difamação, mas graças ao apoio da comunidade, a assembleia foi mantida. A experiência da Assembleia Constituinte

de Caramanta é pioneira e um exemplo para outros processos similares. Apesar do caminho já percorrido, não faltam novos desafios que Ever resume da seguinte maneira: “Para defender o território e sua biodiversidade, buscar autonomia e sustentabilidade das comunidades e seus territórios e garantir que o Estado reconheça suas deficiências. Mas com os objetivos só serão alcançados com os ingredientes indispensáveis: organização, persistência e conhecimento de causa”.

O texto foi elaborado, com base em conversas no local, por Jorge Krekeler, assessor de Misereor e consensuado com as pessoas visitadas. Agradecemos a María Eugenia Ruíz y Beatriz Tilano, Lirian Aguirre Gómez y Ever Abello y a Gloria Alzate y Gloria Ríos de Conciudadanía.

Mensagens para o Futuro:

A conversão das vítimas em atores sociais ativos por meio da auto-cura psicossocial assistida recupera sujeitos de direito que estão rapidamente ligados a espaços de participação cidadã.

A autonomia e a sustentabilidade sócio-organizacional das comunidades, fortalecendo suas raízes territoriais, permite que elas se envolvam na gestão pública local e, em aliança com seus pares, influenciem a legislação nacional.

Construir a partir de baixo, do povo, do território permite gestões públicas que enfrentam as demandas e aceitem propostas, em vez de governar com as costas. Organização, persistência e conhecimento de causa ajudam nessa conquista cidadã.



Almanaque do Futuro

Autor: Jorge Krekeler, assessor de Misereor / AGEH - jorge.krekeler@posteo.de

Tradução: Pedro P. Bocca

Design: Nicole Maron

Fotografias: Conciudadanía y Jorge Krekeler

Dados de contato da experiência documentada:

Lirian Aguirre Gómez: mlag0469@gmail.com

María Eugenia Ruíz: mariae.ruiz.mas@gmail.com

Beatriz Tilano: beatriztilano@hotmail.com

Gloria Alzate: gloriaalzate@conciudadania.org

Gloria Ríos: glorarios@conciudadania.org

www.conciudadania.org

Edição: outubro de 2017

Con el apoyo de:

MISEREOR
● IHR HILFSWERK

www.almanaquedelfuturo.com



CC-BY 4.0, outras licenças podem ser aplicadas a logotipos, imagens e textos individuais (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/.21.06.2018>)